



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008155-55.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **ROSANGELA MARGARET LANZOTTI LANDGRAF**
Requerido: **TELEFONICA BRASIL S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantém linha telefônica junto à ré e que há mais de vinte anos comercializa legumes e verduras com a Prefeitura Municipal e a Santa Casa de Misericórdia locais.

Alegou ainda que em maio/2014 foi procurada por técnico da ré para a transferência da tecnologia de sua linha telefônica de WLL para FWT, ficando por somente quinze dias com outro aparelho e outro número de linha.

Salientou que passado esse tempo permaneceu sem poder utilizar o número de sua linha com a antiga tecnologia, bem como que passado algum tempo soube que ela tinha sido cancelada.

Negou qualquer solicitação nesse sentido, além de destacar que todas as medidas que tomou para a solução do problema foram em vão.

As preliminares suscitadas em contestação não merecem acolhimento.

A realização de perícia é despicienda para a solução do litígio porque em momento algum se estabeleceu controvérsia a propósito da forma de prestação dos serviços a cargo da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Outrossim, a petição inicial é perfeitamente inteligível, tanto que rendeu ensejo a substancial defesa da ré.

Inexiste nela vício de natureza formal e o aprofundamento da perquirição dos danos morais invocados pela autora encerra assunto de mérito.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.

No mérito, a ré não negou os fatos que lhe foram atribuídos.

Deixou, assim, de refutar especificamente que quando da troca da tecnologia da linha telefônica da autora esta recebeu a garantia de que em quinze dias poderia voltar a usar o mesmo número da linha, alterado temporariamente em função daquela modificação.

Tal fato é relevante porque permite considerar que determinada situação foi ofertada à autora sem concretizar-se em seguida.

Isso porque ela permaneceu sem acesso ao antigo número de sua linha telefônica por mais de três meses e somente superou o impasse com a propositura da presente ação e a prolação da decisão de fls. 11/12 (ressalvo que eventuais problemas posteriores com a linha não constituem o objeto da ação, pelo que deixam de ser tomados em conta).

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

O direito da autora em fazer uso de sua linha telefônica com o número antigo não foi contestado pela ré e já se restabeleceu.

Já a verificação de danos morais da autora está patenteada.

Nos dias que correm, a importância de uma linha telefônica dispensa considerações a demonstrá-la e na espécie vertente esse quadro fica mais sólido diante das peculiaridades assinaladas a fl. 01 (autora é proprietária rural que reside em fazenda e há mais de vinte anos comercializa produtos, de sorte que necessita do regular funcionamento de sua linha telefônica).

A autora ao ficar impossibilitada por mais de três meses de usar o número antigo de sua linha sofreu abalo de vulto e viu-se em posição manifestamente desconfortável, como de resto sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

É o que basta ao reconhecimento de que experimentou danos morais indenizáveis.

O valor da indenização postulada está em consonância com os critérios usualmente observados em situações análogas (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo agasalho.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para determinar que a ré restabeleça o funcionamento da linha telefônica da autora sob nº (16) 3367-3111, bem como para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 11/12.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**